

Bolsonário

Copyright © 2021 da Starlin Alta Editora e Consultoria Eireli. ISBN: 978-65-5520-142-0

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

A editora não se responsabiliza pelo conteúdo da obra, formulada exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Impresso no Brasil — 1ª Edição, 2021 — Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Produção Editorial
Editora Alta Books

Gerência Editorial
Anderson Vieira

Gerência Comercial
Daniele Fonseca

Produtor Editorial
Illysabelle Trajano
Thiê Alves

Assistente Editorial
Adriano Barros

Equipe de Marketing
Livia Carvalho
Gabriela Carvalho
marketing@altabooks.com.br

Coordenação de Eventos
Viviane Paiva
comercial@altabooks.com.br

Editor de Aquisição
José Rugeri
j.rugeri@altabooks.com.br

Equipe Editorial
Luana Goulart
Ian Verçosa
Maria de Lourdes Borges
Raquel Porto
Rodrigo Dutra
Thales Silva

Equipe de Design
Larissa Lima
Marcelli Ferreira
Paulo Gomes

Equipe Comercial
Daiana Costa
Daniel Leal
Kaique Luiz
Tairone Oliveira
Vanessa Leite

Revisão Gramatical
Alberto G. Streicher
Paola Goussain

Capa | Projeto Gráfico
Joyce Matos

Publique seu livro com a Alta Books. Para mais informações envie um e-mail para autoria@altabooks.com.br

Obra disponível para venda corporativa e/ou personalizada. Para mais informações, fale com projetos@altabooks.com.br

Erratas e arquivos de apoio: No site da editora relatamos, com a devida correção, qualquer erro encontrado em nossos livros, bem como disponibilizamos arquivos de apoio se aplicáveis à obra em questão.

Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso às erratas, aos arquivos de apoio e/ou a outros conteúdos aplicáveis à obra.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites referidos pelos autores nesta obra.

Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L758b Lira, Roberto de
Bolsonário A Nova Política de A a Z / Roberto de Lira. - Rio de Janeiro : Alta Books, 2021.
224 p. ; 16cm x 23cm.
ISBN: 978-65-5520-142-0
1. Ciências políticas. I. Título.
2020-3025

CDD 320
CDU 32

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410



Rua Viúva Cláudio, 291 — Bairro Industrial do Jacaré
CEP: 20.970-031 — Rio de Janeiro (RJ)
Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419
www.altabooks.com.br — altabooks@altabooks.com.br
www.facebook.com/altabooks — www.instagram.com/altabooks



ASSOCIADO



Sumário

A

ABACATE
ACORDO DE PARIS
ACORDO MERCOSUL-UE
ADÉLIO BISPO DE OLIVEIRA
AI-5
ALIANÇA PELO BRASIL
ALT-RIGHT
AMAN
ANA CRISTINA SIQUEIRA VALLE
ANTICOMUNISMO
ANTIGLOBALIZAÇÃO
AQUECIMENTO GLOBAL
ARMINHA (FAZER)
ATIVISMO JUDICIAL
AUTÓDROMO Ayrton Senna
AUTORITARISMO

5

17

BALBÚRDIA
BANANA
BLAIR HOUSE
BILATERALISMO
BOLHA DO FILTRO
BOLHA SOCIAL
BOLSOMINION
“BRASIL ACIMA DE TUDO”
BRILHANTE ULSTRA
BRUNA SURFISTINHA

B

C

CALHA NORTE
CÂNCER PENIANO
CANCÚN BRASILEIRA
CAPITÃO DE ARTILHARIA
CARLOS LAMARCA
CAVALÃO
CAVERNA DO DIABO
CENTELHA NATIVISTA
CÉSARE BATTISTI
CHACINA DA CANDELÁRIA
COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E
DESAPARECIDOS POLÍTICOS
COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE
COMUNISMO
CONEXÃO BAIANA
CONSERVADORISMO
CONTROLE DE NATALIDADE
CORPORATIVISMO
CPAC

25

41

DECORO PARLAMENTAR
DECRETOS DAS ARMAS
DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS
DESARMAMENTO
DESMATAMENTO
DIA DA COVARDIA E DA TRAIÇÃO
DIREITOS HUMANOS
DOCTRINAÇÃO
DULOREN

D

E

ELDORADO DOS CARAJÁS
ESAO
ESCOLAS CÍVICO-MILITARES
ESCOLA SEM PARTIDO
ESPCEX
ESPIRAL DO SILÊNCIO
ESTHER CASTILHO
ESTRANGEIRISMO
EXCLUDENTES DE ILICITUDE

53

61

FASCISMO
FAKE NEWS
FAMIR
FORO DE SÃO PAULO
FUJIMORIZAÇÃO
FUNDO AMAZÔNIA
FUNDO NAVAL
FUTEBOL
FUTURE-SE

F

G

GABINETE DO ÓDIO
GBS
GOLDEN SHOWER
GLOBALISMO
GLOBALIZAÇÃO
GRAFENO
GRAMSCISMO
GRUPO DOS 18
GUERRILHA DO ARAGUAIA

69

79

HÉLIO NEGÃO
HIENAS
HOMOFOBIA
HYLOEA

H

85

IDEOLOGIA DE GÊNERO
IDIOTAS ÚTEIS
IMPESSOALIDADE
INCITAÇÃO AO CRIME DE ESTUPRO
ISONOMIA

I

J

JAIR ROSA PINTO
JOÃO BATISTA CAMPELO

89

K

93

“KIT GAY”

L

LEI DA PALMADA
LEI ROUANET
LIBERALISMO
LIVE DAS QUINTAS
LOBBY DO CACHORRO-QUENTE
LUCIANO HANG
LUIZ FERNANDO WALTER

95

103

MAIORIDADE PENAL
MAIS BRASIL, MENOS BRASÍLIA
MAIS MÉDICOS
MAMADEIRA DE PIROCA
“MÃO DE OBRA NÃO ESPECIALIZADA”
MARCHA PELA DIGNIDADE DA FAMÍLIA MILITAR
MARXISMO
MARXISMO CULTURAL
MBL
MC REAÇA
MENSALÃO
MICHELLE DE PAULA FIRMO REINALDO
MINISTÉRIO DA DEFESA
MISOGINIA
MITO
MP DA LIBERDADE ECONÔMICA
MST

M

N

NACIONALISMO
NAZISMO
NEOCONSERVADORISMO
NEOFASCISMO
NEOLIBERALISMO
NEOPENTECOSTALISMO
NEPOTISMO
NIÓBIO
NOVA DIREITA
NOVA POLÍTICA
NOVA PREVIDÊNCIA

121

135

OCDE
OLINDA BOLSONARO
OLAVO DE CARVALHO
“OLAVETES”
OMBRO A OMBRO
OPERAÇÃO BECO SEM SAÍDA
OPERAÇÃO LAVA JATO

O

P

PACOTE ANTICRIME
PALAVRAS CRUZADAS
PALMITO
PARAÍBAS
PATRIMONIALISMO
PATRIOTA
PAULO FREIRE
PENA DE MORTE
PERCY GERALDO BOLSONARO
PDC
PFL
PINOCHET
PIRRALHA
PLANO REAL
POLITICAMENTE CORRETO
PONTO DE VISTA
POPULISMO
POSTO IPIRANGA
PÓS-VERDADE
PSICOSE AMBIENTALISTA
PP
PPB
PPR
PRAIA DO FORTE IMBUÍ
PSC
PSD
PSL
PTB

143

	161	QUEERMUSEU QUEIMADAS QUEIROZ	Q
R		“RAMBONARO” REGIME MILITAR REGINA GORDILHO RESERVA YANOMAMI REVOGAÇÃO ROGÉRIA NANTES BOLSONARO ROBÔS SOCIAIS	
	167		
	175	SALDON PEREIRA FILHO SÃO MIGUEL ARCANJO SOCIALISMO	S
T		“TROFÉU” JACA TRIPLO A TROLL	
	179		
	183	URNA ELETRÔNICA	U
V		VAZA JATO VOTO DE PROTESTO	
	187		
	189	WALTER BEZERRA CARDOSO PINTO	W
Y		YSANI KALAPALO	
	191		
	193	“ZERO 1” “ZERO 2” “ZERO 3”	Z

Introdução

O Brasil estava mesmo caminhando rumo ao socialismo nas últimas décadas? Discutir identidade de gênero é uma forma de ideologia? Neofascistas têm ganhado espaço no mundo? Globalistas querem acabar com o conceito de soberania nacional? Existe um marxismo cultural doutrinando o ambiente escolar? Neopentecostais tentam hoje impor uma agenda obscurantista de moral e costumes? Ou apenas defendem os valores da família tradicional? A mixórdia de teses, teorias de conspiração e explicações variadas de acontecimentos da vida política nacional sempre existiu, mas, na era digital, os debates estão perigosamente fora de moda e os significados originais dos termos parecem importar menos que suas interpretações circunscritas às bolhas sociais onde habitamos.

O desafio que o autor desse livro propõe é que, mesmo nesse ambiente de Fla-Flus ideológicos, há espaço para aprender, trocar e compartilhar conhecimentos, respeitar opiniões contrárias e encontrar formas de diálogo. E sem recorrer à desinformação. Um dicionário temático sobre a emergente “nova política”, centrado na figura e na história do presidente Jair Bolsonaro — bem como nos debates provocados por ele, seus apoiadores e críticos — talvez consiga trazer algum esclarecimento sobre como a opinião pública brasileira encontrou respostas e depositou esperanças em um político conservador antes identificado apenas como do baixo clero da Câmara dos Deputados.

É inegável que o Brasil tem vivido um turbilhão político nos últimos tempos. As manifestações públicas que levaram multidões às ruas entre 2013 e 2016, impulsionadas por grupos que nasceram ou se desenvolveram em aplicativos de mensagens, chats, lives e hangouts, reverberaram insatisfações com as classes dirigentes que vinham se acumulando há anos, mas que não encontravam a devida divulgação e propagação. Era preciso criar uma nova espécie de política, afirmavam os expoentes desses vários agrupamentos que convocaram os protestos. Muitos deles expressavam opiniões conservadoras que pareciam camufladas por quase uma década e meia em um processo que a cientista política alemã Elisabeth Noelle-Neumann batizou de “espiral do silêncio” em meados dos anos 1970.

“No Brasil, ninguém que ser... de direita”, afirmava matéria do jornal *O Globo* de 11 de junho de 2002. A memória ainda recente dos mais de 20 anos de regime militar e o início da arrancada que levaria o ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto — inaugurando um período de 13 anos de domínio federal petista — constriam, para dizer o mínimo, vários políticos identificados com a agenda conservadora e liberal que estavam em evidência na época. Antônio Carlos Magalhães, Paulo Maluf e Ronaldo Caiado foram ouvidos naquela reportagem e disseram considerar que esse tipo de rótulo ideológico era uma coisa do passado.

Só um dos entrevistados de então fugiu do script e assumiu sua posição direitista: exatamente o deputado federal e capitão da reserva do Exército Jair Bolsonaro.

Naquele momento, ele já estava há mais de uma década na Câmara dos Deputados defendendo temas como respeito no tratamento dado aos militares, combate à criminalidade, legado do regime militar e um forte nacionalismo — posições naturais para quem passou boa parte da vida adulta na caserna. A retórica agressiva, por muitas vezes grosseira, transformara o capitão da reserva em um recordista de processos por quebra de decoro parlamentar. E em um natural porta-voz da direita.

Na noite de 28 de outubro de 2018, o mesmo deputado que construiu sua carreira parlamentar entre pautas corporativas militares e bate-bocas com políticos esquerdistas comemorou sua vitória na disputa presidencial no segundo turno das eleições contra um candidato do PT, o ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro da Educação Fernando Haddad. Ainda que a alternância no poder seja um processo natural das democracias, muitos ficaram chocados com o que parecia uma radical transformação política do eleitorado nacional. Como explicar que a chamada “onda vermelha” de 2002 tivesse dado lugar, dezesseis anos depois, a um arrastão conservador e de tendência liberal que venceu ainda várias disputas estaduais e mudou o equilíbrio de forças no Congresso Nacional? Segundo boa parte dos vencedores, a tal “nova política” chegara ao poder.

Nos livros em que o cientista político Antônio Carlos Almeida mapeia a cabeça do eleitor brasileiro ficou provado que a população obedece a uma lógica simples quando precisa decidir seu voto: se está contente com a administração atual, tende a optar pela manutenção das forças políticas no poder; do contrário, escolhe opositores. Parece óbvio, mas muito político experiente ainda duvida disso. Em 2018, a soma de fatores como a ampla divulgação de escândalos de corrupção recentes, crise econômica gerada pelo descontrole dos gastos públicos e um palpável desalento com as ideias e respostas das gestões petistas abriu espaço para a troca de comando no Palácio do Planalto.

Um dado que fugiu a muitos analistas e jornalistas naquele processo eleitoral é que o discurso que acabou por prosperar na campanha não foi somente o da gestão eficiente ou sobre o tamanho do Estado, mas o de um suposto resgate de valores perdidos com o tempo e com o avanço do multiculturalismo. E aí apareceu com força um traço que autores como o próprio Almeida e o antropólogo Roberto DaMatta já haviam identificado no brasileiro: uma parcela substancial da população é hierárquica, apegada à família, patrimonialista e compartilha uma visão de mundo considerada por muitos como “arcaica”. Um verdadeiro contraponto à era do “politicamente correto”.

Sinais anteriores disso havia. Uma pesquisa sobre o Perfil da Juventude Brasileira realizada pelo Instituto da Cidadania e pela Fundação Perseu Abramo ainda em 2004, por exemplo, encontrou forte aderência dos jovens a teses conservadoras: 80% se declaravam contra o aborto, 57% eram a favor do serviço militar obrigatório, 75% aprovavam a redução da maioria penal e 81% discordavam da descriminalização da maconha. O grande apego aos valores familiares e à religião verificado

pelo estudo mostrava indícios de que a popularidade do governo Lula na época não residia essencialmente na concordância com dogmas caros à esquerda, mas a uma leitura mais pragmática dos anseios econômicos e sociais da população — que ele sabiamente aproveitou.

Em 2010, o *Datafolha* entrevistou 2,6 mil pessoas para averiguar suas posições em relação ao espectro político e constatou que 37% se definiram como “mais à direita”, sendo que 14% desses afirmaram estar no lado extremo dessa afinidade política. Em setembro de 2014, utilizando critérios da *Pew Research* para medir a inclinação ideológica das pessoas, que confrontam informações antagônicas sobre temas sensíveis como influência da religião, apoio ou não à homossexualidade, porte de armas e maioria penal, entre outras, o mesmo *Datafolha* chegou à conclusão de que 32% dos brasileiros se posicionavam na centro-direita e outros 13% se identificavam com os discurso da extrema-direita.

Quando um desgastado PT sofreu um forte revés eleitoral na disputa municipal de 2016, a Fundação Perseu Abramo voltou a campo e tentou decifrar como andavam as percepções e valores políticos na periferia paulistana, outrora uma região onde o partido exercia forte domínio. Os resultados mostraram mais uma vez a importância dada aos laços familiares e a crescente busca por comunidades religiosas, em especial por igrejas neopentecostais, como locais onde se podia encontrar uma satisfação psicoafetiva que não era oferecida por outros tipos de associação. Uma das causas era a queixa sobre o contínuo distanciamento do poder público nessas regiões. O estudo mostrou também que a população dessas áreas valoriza com vigor a ética do trabalho, o esforço individual e o mérito — uma tendência menos solidária do que supunha a esquerda.

A vitória bolsonarista, portanto, teve bases sólidas em uma parcela da população que se sentia desassistida, sub-representada ou mesmo esquecida pelo sistema político ou pelo debate público. Ainda assim, é notório que o Brasil permaneceu em forte polarização política antes e depois da disputa. Em 2018, enquanto Bolsonaro concentrou seus votos nas regiões Sul e Sudeste, Haddad levou a melhor no Nordeste. Nos estados dessa região, as políticas assistenciais e de distribuição de renda promovidas pelo PT no âmbito federal e por vários governadores de centro-esquerda nas últimas décadas reforçaram um antigo vínculo patrimonialista com o eleitor que se mostrou ainda resiliente.

Naquele embate eleitoral, outra característica marcante foi que explodiu na internet toda sorte de notícias falsas, leituras equivocadas de acontecimentos históricos, troca de acusações e reduções estereotipadas de teorias políticas e econômicas. A versão passou a interessar mais que o fato.

Esse ambiente confuso de conceitos, vontades e crenças gerou a ideia da elaboração de um guia, no formato de dicionário, em uma tentativa de combater a desinformação reinante em quaisquer campos políticos nos quais as pessoas se situem. A premissa desse trabalho é que a gênese dessa “nova política” precisa de seu próprio glossário para ser compreendida. Como Jair Bolsonaro foi uma espécie de catalisador da repulsa que o eleitorado demonstrou contra o establishment político que

perdurou desde o final do regime militar, foi natural usá-lo como ponto de partida da pesquisa.

O estudo se iniciou com as primeiras aparições do militar na mídia — um artigo na revista *Veja* em 1986 reclamando dos soldos congelados pela sucessão de crises econômicas — e com sua entrada na política via Câmara Municipal do Rio de Janeiro, centro de debates e casa legislativa que se mostrava ainda insuficiente para as pretensões futuras do capitão.

Embora a escolha do título com o trocadilho “Bolsonário” possa sugerir algum viés humorístico, a pesquisa para que o resultado buscado fosse atingido foi séria e exaustiva. Fez-se necessário visitar as transcrições taquigráficas dos discursos, debates, proposições e votos na Câmara dos Deputados para montar o esqueleto da atuação parlamentar do capitão da reserva em seus quase 27 anos de trabalho legislativo, registrar suas opiniões sobre temas que acabaram retornando durante a campanha e comparar ideias antigas com atuais para entender onde houve ou não mudança de posição.

Muitos dos acontecimentos da vida pessoal e profissional do militar e deputado, alguns de contexto até anedótico, explicam aspectos de sua gestão no Palácio do Planalto. Boa parte do pensamento que o militar recém-chegado a Brasília defendia no início dos anos 1990 se manteve como convicção inabalável tanto na campanha presidencial como no exercício do mais alto posto de nossa administração pública e pode dar pistas sobre futuras ações e reações durante sua gestão.

Matérias, artigos e entrevistas publicados pelos maiores jornais e revistas brasileiros — felizmente, hoje disponíveis em acervos digitais — eliminaram o risco do asmático autor de se expor aos ácaros das bibliotecas onde o jornalista fazia suas pesquisas quando jovem. Muita bibliografia específica sobre política, sociologia e filosofia, documentários e vídeos também foram usados para montar o glossário dessa fase recente da história política brasileira.

Espero que esse livro, incentivado pela curiosidade do jornalista profissional e historiador quase acidental, baseado exclusivamente em fatos e relatos oficiais, possa auxiliar na compreensão do fenômeno político que foi a vitória presidencial de um parlamentar intransigente e quase exótico em um contexto de fortalecimento de valores conservadores no Brasil. Além da informação, se a leitura trouxer uma parcela do prazer e da satisfação que o autor experimentou em sua elaboração, o trabalho já terá valido a pena.

AI-5 Anticomunismo
Aliança Pelo Brasil Arminha
Aquecimento global Autoritarismo
Bilateralismo Balbúrdia
Bolsominion
“Brasil Acima de Tudo”
Brilhante Ulstra Comunismo
Conservadorismo
Decretos das armas
Desmatamento Direitos humanos
Doutrinação
Escola Sem Partido
Fascismo Fake News
Homofobia Misoginia
Olavo de Carvalho Kit gay Mito
Ideologia de Gênero
Lei Rouanet Marxismo
Nacionalismo Nacionismo
Nióbio Queiroz Nepotismo
Pirralha Regime Militar
Pena de morte Socialismo



ABACATE

O fruto do abacateiro, conhecido por suas propriedades antioxidantes, entrou para a lista de termos relacionados ao governo de Jair Bolsonaro devido ao anúncio que o presidente da República fez em rede social, no mês de maio de 2019, comemorando a abertura do mercado argentino para o produto nacional. Os críticos se apegaram à irrelevância da fruta para a balança comercial nacional: em 2018, os US\$16,3 milhões em abacates exportados pelo Brasil representaram míseros 0,007% de todos os embarques.

ACORDO DE PARIS

Acordo ambiental firmado em 2015, durante a 21ª Conferência das Partes (COP21), em Paris, com o objetivo de fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. O compromisso básico das 195 nações participantes se resumiu em manter a temperatura média da Terra abaixo de 2°C superiores aos níveis pré-industriais, além de esforços para limitar o aumento da temperatura até 1,5°C acima desses níveis. As metas brasileiras (chamadas de NDCs), ratificadas pelo Congresso Nacional em 2016, são de reduzir até 2025 as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, com contribuição indicativa subsequente de redução de 43% abaixo desses níveis até 2030. Para tanto, o país precisa aumentar a participação de bioenergia sustentável em sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas e atingir uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz em 2030. Desde a campanha presidencial, Bolsonaro tem feito ameaças de abandonar o acordo (como fez Donald Trump em 2017) caso não sejam feitas mudanças nas metas, consideradas excessivas. O presidente brasileiro também alegou existir uma ligação entre o acordo climático e a formação de uma grande área internacionalizada de preservação na Amazônia, chamada de Triplo A, que atentaria contra a soberania do território nacional.

Ver Aquecimento Global; Desmatamento; Globalismo; Pirralha, Triplo A

ACORDO MERCOSUL-UE

Acordo entre os dois blocos econômicos que visa à criação da maior área de livre comércio do planeta. As negociações se iniciaram em junho de 1999, foram abandonadas durante um período e retomadas somente em 2010. Em junho de 2019, foi anunciado o acordo político entre os blocos, que permite a definição da abrangência e dos limites das trocas comerciais. Ainda será necessário conseguir a anuência dos parlamentos das 28 nações que fazem parte da União Europeia e dos legisladores do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, processo que pode levar até dois anos. Segundo técnicos, pode demorar mais uma década até que as barreiras tarifá-

rias e não tarifárias já negociadas sejam definitivamente derrubadas. Há resistências de setores agrícolas de países, como a França, e dúvidas no lado sul-americano sobre exigências ambientais, trabalhistas e sanitárias colocadas como condição essencial pelos europeus para a assinatura do acordo. Em agosto de 2019, em meio à crise causada pelas queimadas na Amazônia, o presidente francês Emmanuel Macron ameaçou suspender o acordo devido ao que ele considerou como menosprezo do governo brasileiro para com os compromissos ambientais assumidos. Ele não conseguiu apoio a esse tipo de punição junto aos demais representantes do G-7. Se concluído o acerto, haverá livre circulação de mercadorias e serviços em uma área que representa 25% do PIB global e um mercado de 780 milhões de pessoas. O empenho da gestão Bolsonaro em fechar o acordo representou uma mudança na política externa, uma vez que o Mercosul não era visto como prioridade e a estratégia de firmar acordos bilaterais era considerada predominante. A ameaça da volta do kirchnerismo em 2019 na Argentina, consumada com a vitória de Alberto Fernández em outubro, também fez o presidente brasileiro questionar até a continuidade do bloco sul-americano.

Ver Bilateralismo

ADÉLIO BISPO DE OLIVEIRA

Autor do atentado contra a vida do então candidato presidencial Jair Bolsonaro em 6 de setembro de 2018, durante a campanha eleitoral em Juiz de Fora (MG). O candidato estava sendo carregado nos braços por apoiadores no meio de uma multidão quando Adélio o atacou com uma faca na região do abdome, o que causou graves lesões nos intestinos grosso e delgado do político. Bolsonaro foi operado às pressas na Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e foi transferido para o hospital Albert Einstein no dia seguinte, onde ficou internado por 17 dias. Reportagens feitas nas semanas e meses seguintes permitiram montar um perfil do criminoso: antissocial, reservado, evangélico, andarilho, sem fortes laços familiares e declaradamente de esquerda, tendo sido filiado ao PSOL de 2007 a 2014. Recolhido ao presídio federal de Campo Grande (MS), Adélio passou por avaliações psicológicas, foi diagnosticado com grave transtorno mental e considerado inimputável em maio de 2019. O juiz Bruno Savino, da 3ª Vara Federal de Juiz Fora, decidiu pela absolvição imprópria de Adélio e pela internação por medida de segurança. Embora sempre tenha mantido ressalvas sobre a versão de que o criminoso agiu sozinho, Bolsonaro, por meio de seus advogados, não recorreu da decisão. Sites ligados à direita insistem na tese de que houve uma conspiração esquerdista para matar o então líder nas pesquisas de intenção de votos.

AI-5

O AI-5 foi a mais opressiva das 17 normas de natureza constitucional, chamadas de atos institucionais, expedidas pelo regime militar no Brasil desde a tomada do

poder em 1964. Baixado pelo governo Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, o ato de número 5 do regime militar autorizava a Presidência da República a determinar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, podendo inclusive decretar intervenção nas outras esferas de governo; permitia a suspensão de direitos políticos e a cassação de mandatos do Legislativo; restringia direitos civis; suspendia garantias de estabilidade para servidores; previa a decretação de estado de sítio; e suspendia a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos e contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Nas considerações iniciais da medida, o governo entendia que “atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la” e que havia se tornado “imperiosa a adoção de medidas que impeçam que sejam frustrados os ideais superiores”, “preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País”. Imediatamente à edição do AI-5, foi instituída a censura nos órgãos de imprensa e se intensificaram as prisões não só de militantes de esquerda, mas também de jornalistas, escritores e artistas. Os historiadores passaram a se referir ao período posterior ao Ato como os “anos de chumbo”. Em outubro de 2019, após uma série de gigantescas manifestações populares no Chile contra o desempenho do governo conservador de Sebastián Piñera, integrantes e apoiadores do presidente Jair Bolsonaro passaram a monitorar possíveis convocações para protestos similares no Brasil. Os saques e depredações que aconteceram em várias regiões chilenas lembravam ataques ocorridos no Brasil em 2013, realizados por grupos anarquistas que se denominavam “Black Blocs”. O deputado Eduardo Bolsonaro comentou sobre a possibilidade de radicalização da esquerda no Brasil em uma entrevista ao canal da jornalista Leda Nagle, no Youtube, em 31 de outubro. E cogitou o que seria uma reedição do AI-5, se necessário. “Vai chegar o momento em que a situação vai ficar igual ao final dos anos 1960, quando sequestravam aeronaves, executavam autoridades, cónsules, embaixadores (...) execução de policiais, de militares. Se a esquerda radicalizar a esse ponto, a gente vai precisar ter uma resposta. Pode ser via um novo AI-5, pode ser via uma legislação aprovada por plebiscito, como ocorreu na Itália”, disse. A repercussão da entrevista foi tão negativa que o próprio Jair Bolsonaro deu declarações públicas contra as ideias do filho Zero 3. “O AI-5 existiu no passado, em outra Constituição. Não existe mais, esquece. Cobre dele (Eduardo), não apoio. Quem quer que seja que fale de AI-5 está sonhando. Não quero nem ver notícia nesse sentido”, afirmou o presidente da República. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, foi mais enfático: “Manifestações como a do senhor Eduardo Bolsonaro são repugnantes, do ponto de vista democrático, e têm de ser repelidas com toda a indignação possível pelas instituições brasileiras. A apologia reiterada a instrumentos da ditadura é passível de punição pelas ferramentas que detêm as instituições democráticas brasileiras. Ninguém está imune a isso. O Brasil jamais regressará aos anos de chumbo.” Segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, “é lamentável que um agente político, eleito com o voto popular,

instrumento fundamental do Estado democrático de Direito, possa insinuar contra a ferramenta que lhe outorgou o próprio mandato. Mais do que isso: é um absurdo ver um agente político, fruto do sistema democrático, fazer qualquer tipo de incitação antidemocrática”. Também houve declarações de repúdio por integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Anistia Internacional e de associações de juízes e procuradores, além de políticos de vários partidos. No dia seguinte, ameaçado por processos de cassação do mandato por quebra do decoro parlamentar, Eduardo Bolsonaro se retratou: “Se eu pudesse voltar atrás, eu não teria falado no AI-5, porque eu dei munição para a oposição ficar me metralhando”, disse em uma entrevista ao *Programa do Ratinho*, no SBT. No dia 26 de novembro, menos de uma semana após o presidente enviar ao Congresso um projeto sobre o “excludente de ilicitude” em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a citar o AI-5 em uma entrevista com jornalistas brasileiros e estrangeiros em Washington. “Quando o outro lado ganha, com dez meses você já chama todo mundo pra quebrar a rua? Que responsabilidade é essa? Não se assustem então se alguém pedir o AI-5”, afirmou. Ele fez menção a uma declaração do ex-presidente Lula duas semanas após sua libertação da prisão em Curitiba (PR), onde ficou por 580 dias, quando afirmou que “um pouco de radicalismo faz bem para a alma”. “Chamar povo para rua é de uma irresponsabilidade... Chamar o povo para a rua, para dizer que tem o poder, para tomar. Tomar como? Aí o filho do presidente fala em AI-5, aí todo mundo assusta, fala ‘o que que é?’ (...) Aí bate mais no outro. É isso o jogo? É isso o que a gente quer? Eu acho uma insanidade chamar o povo para a rua, para fazer bagunça. Acho uma insanidade.” Guedes pareceu sentir que havia exagerado nas declarações e pediu “off” para a imprensa, mas foi alertado de que havia transmissão ao vivo de suas falas e amenizou o discurso na sequência. “É irresponsável chamar alguém para a rua agora, para fazer quebradeira. Para dizer que tem que tomar o poder. Se você acredita em uma democracia, quem acredita em uma democracia espera vencer e ser eleito. Não chama ninguém para quebrar nada na rua. Este é o recado para quem está ao vivo no Brasil inteiro.”

Ver Excludentes de Ilicitude, Regime Militar, “Zero 3”

ALIANÇA PELO BRASIL

Novo partido de linha nacionalista e conservadora criado pelo presidente Jair Bolsonaro, em novembro de 2019, após desentendimentos que levaram a sua desfiliação do PSL. No ato de fundação da nova sigla, no dia 21 de novembro, na leitura das bases e dos princípios da agremiação foram citados o respeito a Deus e à religião, bem como à memória, à identidade e à cultura nacionais, a defesa da vida, da família e da infância e a garantia da ordem e da segurança. No discurso inaugural, a advogada Karina Kufa disse que o Aliança pelo Brasil será uma legenda conservadora, soberanista e comprometida com o combate às falsas promessas do globalismo.

No programa, constam muitas das bandeiras defendidas por Bolsonaro há décadas, como o enfrentamento a manifestações de hostilidade e menosprezo à religião, a luta contra ideologias “nefastas” — como socialismo, comunismo e nazifascismo —, direito à posse e porte de armas, defesa à propriedade privada, combate ao aborto, repúdio à “erotização da infância” e à “ideologia de gênero”, à corrupção e ao terrorismo. Houve também menção ao analfabetismo “gerado por métodos pedagógicos ultrapassados”, uma citação indireta ao método Paulo Freire. Definido como presidente do partido, Bolsonaro discursou sobre sua antiga agremiação, o PSL, dizendo que “em um primeiro momento foi uma união maravilhosa”, que levou a sua eleição à presidência, mas que depois os líderes da sigla passaram a “negociar a legenda, vender tempo de televisão, fazer do partido um negócio”. Em uma transmissão ao vivo pelo Facebook, no dia da fundação da sigla, Bolsonaro revelou que o número escolhido para representar o partido será o “38”. Embora seja natural associar o número ao popular calibre de arma de fogo, o presidente disse em um evento público, dois dias depois, que a escolha foi devida ao fato de ele ser o 38º presidente do Brasil. O Aliança pelo Brasil precisaria coletar 492 mil assinaturas até março de 2020 se pretendesse concorrer às eleições municipais. O TSE decidiu em 3 de dezembro ser possível a captação de assinaturas digitais para a criação de novos partidos, mas não definiu as regras para a validação dos nomes, o que colocou em risco a participação do Aliança nas eleições municipais de 2020.

Ver Conservadorismo, Globalismo, Nacionalismo, Neoconservadorismo, PSL

ALT-RIGHT

Alternative right ou direita alternativa. É uma vertente mais radical do conservadorismo norte-americano, com forte atuação online e que tem como objetivo atacar qualquer iniciativa ligada ao multiculturalismo. Os grupos identificados com esse movimento criticam igualmente o feminismo, a imigração, a miscigenação, as políticas de cotas raciais, o livre comércio, as propostas de controle de armas e todas as formas de socialismo, existentes ou apenas alegadas. Como surgiram no ambiente digital, os adeptos dessa linha de atuação política optam pelo anonimato, frequentam páginas e sites chamados de “chans” e utilizam memes e outras formas de linguagem virtual carregadas de ironia e humor para insultar e ridicularizar pessoas ou grupos. Com isso, acabam muitas vezes por provocar e dominar os debates políticos, disseminando “fake news” e camuflando opiniões que poderiam ser classificadas como extremistas, usando como defesa a liberdade de expressão. Muitas vezes, as pessoas identificadas como *alt-right* são acusadas de defender a supremacia da raça branca, de emitir opiniões racistas e misóginas, de praticar o “assassinato de reputações” e de produzir discursos de ódio. A direita alternativa teve forte atuação nas eleições presidenciais dos EUA, em 2016, e nas brasileiras de 2018.

Ver Conservadorismo, Fake News, MBL, Misoginia, Neoconservadorismo, Nova Direita

AMAN

Academia Militar das Agulhas Negras, instituição de ensino superior responsável pela formação dos oficiais combatentes de carreira do Exército Brasileiro. Fundada em 1810 pelo príncipe regente D. João com o nome de Academia Real Militar, já teve como sedes o Largo de São Francisco (SP), a Praia Vermelha (RJ), Porto Alegre (RS), Realengo (RJ), até a atual instalação de Resende (RJ), que funciona desde 1944. Em 1951, recebeu a atual denominação. Bolsonaro prestou concurso para a AMAN no final de 1973, após um período de alguns meses como estudante da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), foi aprovado e passou os quatro anos seguintes estudando disciplinas ligadas às ciências humanas, exatas, sociais e militares. No último ano, especializou-se em paraquedismo. Foi uma notícia sobre a AMAN, já na década seguinte, que motivou o então capitão a escrever o artigo para a revista *Veja* que o tornou famoso nos quartéis. Em 19 de agosto de 1986, o *Jornal do Brasil* publicou matéria que citava a expulsão de cadetes da Academia por condutas consideradas impróprias. Bolsonaro alegou que o baixo soldo era, na verdade, a principal razão para a falta de motivação e a indisciplina dos estudantes.

Ver: Ponto de Vista

ANA CRISTINA SIQUEIRA VALLE

Segunda mulher de Jair Bolsonaro e mãe de seu quarto filho, Jair Renan. Ana Cristina conheceu o deputado federal no final da década de 1990, quando ele participava na capital federal de atos públicos pelos direitos dos militares. Ela era casada com um coronel da reserva e trabalhava na assessoria parlamentar de Jonival Lucas (PPB-BA). Jair e Ana Cristina viveram em união estável de 1998 até 2006 e o casal passou por uma separação litigiosa envolvendo a guarda do filho. Em 2009, ela mudou-se para a Noruega e levou o filho sem a autorização de Bolsonaro, que acionou o Itamaraty para resolver a questão. Reportagens das revistas *Veja* e *Época* durante a campanha eleitoral de 2018 trouxeram detalhes do processo na Vara da Família do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que incluíam acusações sobre o “comportamento agressivo” e de “desmedida agressividade” por parte do deputado e também ocultação de patrimônio. Ana Cristina casou-se com um empreiteiro norueguês e só voltou definitivamente ao Brasil em 2014. Ela retirou as acusações contra o ex-marido e concorreu a uma vaga na Câmara federal, em 2018, usando o sobrenome Bolsonaro, autorizada pelo futuro presidente. Recebeu apenas 4,5 mil votos. Integrantes da família de Ana Cristina foram citados na reportagem de *O Globo*, em agosto de 2019, sobre as nomeações feitas por Jair Bolsonaro e seus filhos desde 1991. O pai, a mãe, uma irmã e primos de Ana Cristina exerceram cargos comissionados nos gabinetes durante vários anos e existe suspeita de que fariam parte de um esquema conhecido como “rachadinha”, quando os políticos ficam com parte dos salários dos assessores.

Ver Nepotismo

ANTICOMUNISMO

Negação às ideias, práticas, associações e pessoas ligadas à ideologia comunista. A vitória dos bolcheviques na Revolução Russa de 1917 trouxe um temor de governos em todo o mundo de que a teoria de Karl Marx e Friedrich Engels sobre o socialismo suplantar o capitalismo pudesse motivar levantes similares em seus países. Isso iniciou uma estratégia de contrapropaganda e de perseguição política contra a “ameaça vermelha” que ganhou contornos até de extrema violência ao longo das décadas seguintes. Segundo o professor Rodrigo Patto Sá Mota, que investigou as origens e o desenvolvimento do anticomunismo no Brasil, a revolta que ficou conhecida como “Intentona Comunista”, em 1935, praticamente foi a responsável pela construção do imaginário negativo da causa comunista, que passou de uma ideologia exótica exportada dos soviéticos para um perigo concreto de subversão da ordem social. A partir daquele momento, além do tradicional inimigo que era a Igreja Católica, avessa a teorias materialistas, os comunistas ganharam como adversários a elite militar brasileira. O professor destaca em seu trabalho que a exploração desse temor é historicamente utilizada para justificar intervenções autoritárias na vida política nacional, como em 1937 e em 1964. Em 1952, o deputado udenista Humberto Moura enviou à Câmara projeto de lei criando uma medalha de mérito anticomunista, a ser oferecida a militares e civis que comprovadamente tivessem combatido a Intentona de 1935. A justificativa apresentada foi incentivar o “ardor patriótico (...) daqueles que lutam para “a conservação das tradições do povo cristão e democrático”. Jair Bolsonaro é um crítico histórico do socialismo e do comunismo, tendo feito inúmeros discursos e pronunciamentos contra políticos e partidos de esquerda, mas a primeira menção de seu nome à causa anticomunista remonta a 1986, antes de sua entrada na vida política. Em novembro daquele ano, o último pronunciamento do major Sebastião Curió (PDS-PA) como deputado federal foi a leitura de uma carta enviada ao capitão que havia sido punido por ter reclamado dos salários da tropa. Curió, que ficara famoso por sua atuação contra a guerrilha do Araguaia e depois no garimpo de Serra Pelada, lembrou de sua luta pela “integridade da Pátria, tentando evitar que sobre ela caíssem os tentáculos vermelhos da maior das ditaduras do mundo, a comunista” e afirmou estar na ocasião “passando bastão” para Bolsonaro. O capitão passou para a reserva remunerada e entrou na vida política dois anos depois, como vereador pelo Rio de Janeiro, mas Bolsonaro só chegou à Câmara dos Deputados em 1991. Em maio de 2016, seu filho Eduardo Bolsonaro apresentou um projeto para criminalizar a “apologia ao comunismo”.

Ver Comunismo, Socialismo, “Zero 3”

ANTIGLOBALIZAÇÃO

É a oposição ideológica à globalização, feita tanto por críticos à direita como à esquerda do espectro político. A resistência à direita está relacionada ao nacionalismo

e ao protecionismo econômico. Os resultados de eleições recentes nos Estados Unidos e na Europa, que culminaram com o fortalecimento dos populismos de direita, mostraram a forte aceitação, por parte da população, dos discursos que embutiam o temor pela perda de padrões de vida que perduraram por décadas, de uma diminuição do sentido de identidade nacional e, também, da cultura local. São cada vez mais comuns os discursos sobre os perigos do livre comércio e do poder de empresas transnacionais, e sobre a fragilidade das fronteiras nacionais frente às influências estrangeiras. Os críticos à esquerda, por sua vez, veem na globalização uma face do antigo colonialismo ou do imperialismo econômico. Manifestações em reuniões de cúpula como o G-7 e o G-20, nos últimos anos, apontaram que parte dos manifestantes não seria contrária à globalização, mas a uma visão que eles consideram neoliberal desse fenômeno. Eles defendem que, mesmo admitindo a continuidade dos livres fluxos de capital e de pessoas, há conceitos e conquistas como democracia, direitos trabalhistas e proteção ao meio ambiente que não podem nem devem ser abandonados pelo mercado.

Ver Globalização, Neoliberalismo

AQUECIMENTO GLOBAL

É o nome dado ao contínuo processo de aumento da temperatura média da superfície do planeta Terra causado pela liberação sem controle de gases do efeito estufa na atmosfera. Esses gases são liberados pela atividade humana como o uso de combustíveis fósseis, a combustão causada pelos motores dos automóveis, a grande utilização de fertilizantes com base em nitrogênio ou a liberação de gás metano pelos rebanhos bovinos, entre outras causas. Isso impede a satisfatória dispersão do calor no planeta. Vários estudos científicos demonstraram que a temperatura média global em 2018 ficou 0,98°C acima dos níveis de 1850-1900, período conhecido como pré-industrial. Seguindo a tendência, as temperaturas poderão subir de 3 a 5 graus até 2100 e o consenso é o da necessidade de limitar essa elevação a, no máximo, 2 graus até 2030, meta admitida por quase 200 países durante a COP21 de Paris. No entanto, um relatório de 2018 do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (IPCC) previu que muitos dos efeitos danosos ao meio ambiente, como escassez de alimentos, enchentes e incêndios florestais, seriam sentidos até 2040 mesmo com uma temperatura média 1,5 grau mais alta. Embora seja consenso entre a maioria dos cientistas, o aquecimento global é visto com desconfiança por vários líderes políticos. Donald Trump já chegou a zombar das conclusões durante uma onda de frio nos EUA, mesma crítica feita por Carlos e Eduardo Bolsonaro em tuítes que causaram controvérsia. Especialistas afirmam que eles confundem de propósito os conceitos de tempo e clima. Jair Bolsonaro afirmou, em dezembro de 2018, que acredita na ciência, mas que duvida das reais intenções de países europeus quando fazem críticas à preservação ambiental no Brasil. O chanceler Ernesto Araújo, por sua vez, disse em audiência no Senado que há um uso político dos dados e

que a própria medição da temperatura pode ser distorcida pela posição das estações meteorológicas. Em setembro de 2019, em uma palestra realizada na Heritage Foundation, *think tank* conservador dos EUA, Araújo chamou de “climatismo” o tom alarmista sobre o clima usado pela mídia para criticar o governo brasileiro.

Ver Acordo de Paris, Acordo Mercosul-UE, Desmatamento, Queimadas

ARMINHA (FAZER)

O gesto feito com mão para simular o uso de arma de fogo virou uma espécie de símbolo da campanha de Jair Bolsonaro em 2018 e se fez presente nas várias aparições públicas após sua posse como presidente. O gesto pode ser entendido tanto como uma brincadeira quanto como uma referência às pautas do político ligadas à segurança pública ou mesmo uma apologia à violência (como definem seus críticos). A primeira menção pública do uso do gesto por Bolsonaro foi registrada pelos jornais *Folha de S.Paulo* e *Jornal do Brasil* em dezembro de 1987. Nas matérias sobre a audiência do Conselho de Justificação em que foi ouvida a repórter Cassia Maria Rodrigues — que divulgou a operação “Beco Sem Saída” na revista *Veja* —, é relatado que, antes do depoimento da jornalista, Bolsonaro teria feito o gesto em direção à repórter, que relatou a ameaça. Como candidato à presidente, Bolsonaro foi criticado na campanha por aparecer em fotos e vídeos ensinando uma criança a fazer o gesto. Ele também simulou o uso de armas na Marcha para Jesus em junho de 2019, já como presidente. Em setembro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL), filho “Zero 3” do presidente, postou uma foto fazendo o mesmo gesto em frente à escultura de bronze pela não violência instalada na entrada do prédio da ONU. A obra foi inspirada no assassinato de John Lennon, em 1980. Após receber críticas, o deputado disse que a escultura desarmamentista servia “para depreciar o papel fundamental das armas na garantia da segurança, das liberdades e da paz”. Ignorando o passado pacifista do ex-Beatle Lennon, Eduardo ainda questionou: “O que aconteceria se John Lennon estivesse armado?”

Ver Desarmamento

ATIVISMO JUDICIAL

É o nome dado à interferência, muitas vezes considerada excessiva, do Poder Judiciário, principalmente do Supremo Tribunal Federal (STF), em questões de mediação de conflitos interpretativos das leis, sejam constitucionais ou infraconstitucionais. Há duas visões sobre essa judicialização de questões que deveriam ser próprias do processo legislativo. A primeira defende ser necessária a atuação mais ativa quando se faz a aplicação de interpretações da Constituição em situações não previstas no texto normativo. Outra é mais crítica e aponta exageros quando o Judiciário se aproveita das falhas de funcionalidade do Legislativo, ou até de sua atual crise de legiti-

midade, e acaba causando um conflito na doutrina da separação dos três poderes e suas atribuições. Especialistas apontam que a maior atuação de juízes não é um caso apenas brasileiro, mas comum no desenvolvimento das sociedades democráticas do período pós-Segunda Guerra Mundial. Mas a experiência brasileira tem mostrado particularidades desde a promulgação da Constituição em 1988. A argumentação é que, como o País havia emergido de um período de forte repressão política, os constituintes elaboraram uma Carta com um excesso de direitos, muitos deles sem a devida regulamentação ou discussão mais aprofundada, o que acabou por exigir uma interferência mais ativa dos juízes. Nas décadas que se seguiram, fatores como as barganhas políticas para sedimentar o presidencialismo de coalizão, denúncias de corrupção sem a devida investigação por conta do corporativismo e falhas na representatividade motivadas pela autopreservação dos parlamentares acabaram por gerar tanto a disfuncionalidade do Congresso como a perda de legitimidade das Casas. É esse vazio legislativo que costumeiramente é preenchido pelo STF. Em dezembro de 2016, o deputado federal Jair Bolsonaro foi enfático ao denunciar o que chamou de usurpação de poder: “O Conselho Nacional de Justiça e o Supremo Tribunal Federal têm trilhado um caminho que está nos engolindo. Lá atrás, resolveram legislar sobre nepotismo (...), sobre união civil, (...) posteriormente analisaram a questão sobre réu e condenado. (...) Legislaram também sobre os limites da imunidade parlamentar. (...) Está na iminência de tipificar a homofobia como se racismo fosse. Mais grave ainda é a questão do aborto. O Supremo não pode usurpar nossos poderes.” Em fevereiro de 2017, quando se lançou mais uma vez à presidência da Câmara, Bolsonaro clamou pela independência do Legislativo. “O Poder Legislativo se apresenta subserviente ao Executivo e submisso ao Judiciário”, afirmou. O eleito foi Rodrigo Maia (DEM-RJ), com 293 votos. Bolsonaro teve a adesão de quatro deputados e ficou em último lugar. Eduardo Bolsonaro não estava entre seus eleitores, porque estendeu as férias e estava surfando na Austrália. O governo Bolsonaro começou envolto nos conflitos entre poderes. Decisões do Executivo, como a transferência da atribuição de demarcação de terras indígenas da FUNAI para o Ministério da Agricultura, foram barradas pelo Supremo. Em resposta, o PSL, partido do presidente até novembro de 2019, desengavetou um projeto de 2016 que inclui entre os crimes de responsabilidade dos ministros do STF a usurpação de competência do Congresso Nacional.

AUTÓDROMO AYRTON SENNA

É um projeto de um novo autódromo no estado do Rio de Janeiro com o objetivo de abrigar as provas de Fórmula 1 no Brasil a partir de 2021, em substituição à pista paulistana de Interlagos, que sedia a prova desde 1990. O contrato entre a prefeitura de São Paulo e a empresa norte-americana Liberty Media, que promove a F1, encerra-se em 2020. Os cariocas acalentam a volta da competição em sua cidade há décadas. Entre 1981 e 1989, a prova aconteceu na pista de Jacarepaguá, mas o antigo

terreno foi utilizado para a construção do Velódromo, visando à realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Em 2011, surgiu uma oportunidade de utilização de uma área na floresta do Camboatá, em Deodoro, em terreno pertencente ao Exército brasileiro. Porém descobriu-se que a área possuía restos de armamentos, explosivos e outros artefatos frutos de treinamentos que ocorreram no local no passado. Após uma longa negociação para a doação e limpeza do terreno, foi apresentado um projeto de R\$850 milhões; o traçado tem 5.386 metros e 20 curvas. O desenho é do arquiteto Hermann Tilke, que foi o responsável pelas pistas de Xangai (China), Sepang (Malásia) e Sóchi (Rússia), e pelo circuito urbano de Baku, no Azerbaijão, entre outros. Em maio de 2019, Bolsonaro encampou a ideia e participou de solenidade da assinatura da carta-compromisso com o governador fluminense Wilson Witzel e o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, destacando que não haverá aplicação de recursos públicos na obra. Em junho, ele se reuniu com o CEO da Liberty Media, Chasey Carey, e afirmou que havia 99% de certeza de que a prova se realizaria no Rio de Janeiro em 2021. Mas o empresário ponderou que ainda havia negociações com São Paulo para a renovação do contrato. A prefeitura do Rio lançou um edital e o único interessado foi o consórcio Rio Motopark, formado pelas empresas de Crown Consulting, CSM, e B+ABR Backheuser e Riera. O Ministério Público Federal viu indícios de irregularidades, porque a firma de consultoria teria participado da elaboração do edital, e suspendeu a contratação do consórcio. A liminar foi derrubada em agosto e o grupo vencedor precisa conseguir todas as licenças ambientais para iniciar as obras. Em 1995, Bolsonaro havia sugerido outra forma de homenagear Ayrton Senna, com um projeto de lei para transformar o dia 21 de março, aniversário do piloto, no “Dia do Desportista Nacional”. O projeto foi arquivado.

AUTORITARISMO

Sistema político que contrasta com a democracia e desafia as liberdades individuais, porque prevê a concentração de poder nas mãos de um líder, ou grupo dominante, com legitimidade suficiente para que sua autoridade seja reconhecida e obedecida voluntariamente. Estudos sobre liderança fundamentados nas teorias do sociólogo Max Weber afirmam que esse princípio de autoridade pode ser baseado tanto em uma lógica jurídica racional, como na personificação de alguma tradição ou simplesmente no carisma de um líder. Historicamente, regimes autoritários surgem após uma crise de governança de uma democracia e são justificados pela necessidade de reordenar e reestruturar a sociedade. Essa é uma linha de raciocínio muito utilizada por Jair Bolsonaro para legitimar o regime militar que perdurou no Brasil entre 1964 e 1985. Em discursos realizados por conta do aniversário da “Revolução” de 31 de março, invariavelmente é citada a iminência de um golpe de esquerda para explicar a reação do meio militar e a substituição do governo. Nos dias atuais, qualquer ato de repressão, intolerância, restrição de liberdades individuais ou redução de autonomia é genericamente classificado como autoritário.